CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE GUILHADESES

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018

ÍNDICE

BALANÇO 4
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS 5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES 6
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS 7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 9
ANEXO 10
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE 10
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 10
3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS. 11
3.1 - Bases de apresentação 11
3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração 12
3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas do período corrente e em períodos futuros 18
3.4 - Correção de erros de períodos anteriores, com indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período 18
3.5 - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL (divulgação transitória) 18
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 18
5. ATIVOS INTANGÍVEIS 19
6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 20
7. INVENTÁRIOS 20
8. RENDIMENTOS E GASTOS 20
9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES 21
10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADE PÚBLICAS 21
11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS 21
11.1 - Investimentos financeiros 21
11.2 - Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros 22
11.3 – Créditos a receber 22
11.4 - Outros ativos correntes 22
11.5 - Caixa e depósitos bancários 22
11.6 - Fornecedores 23
11.7 - Estado e outros entes públicos 23
11.8 – Outras dívidas a pagar não correntes 23
11.9 - Outros passivos correntes 23
12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS 24
13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO 24

14. AGRICULTURA 24
15. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS 25
16. OUTRAS DIVULGAÇÕES 25
16.1 - Diferimentos 25
16.2 - Fundos patrimoniais 25
16.3 - Subsídios, doações e legados à exploração 25
16.4 - Fornecimentos e serviços externos 26
16.5 - Outros rendimentos 26
16.6 - Outros gastos 27
16.7 - Resultados Financeiros 27

BALANÇO

Centro Paroquial e Social de Guilhadeses

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas 31-12-2018	31-12-2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1.515.567,17	1.559.845,39
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	11	2.066,10	1.728,17
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Subtotal		1.517.633,27	1.561.573,56
Ativo corrente			
Inventários	7	201,90	198,25
Créditos a receber	11	25.338,08	26.277,55
Estado e outros entes públicos	11	6.608,43	9.861,59
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	16	2.108,37	2.143,47
Outros ativos correntes	11	4.612,10	22.175,41
Caixa e depósitos bancários	11	143.264,73	116.191,69
Subtotal		182.133,61	176.847,96
Total do ativo		**1.699.766,88**	**1.738.421,52**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	16	11.538,92	11.538,92
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	16	923.428,08	871.751,87
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	16	626.519,68	647.894,73
Resultado líquido do período		(11.218,74)	51.676,21
Total dos fundos patrimoniais		1.550.267,94	1.582.861,73
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	11	1.973,51	8.150,92
Estado e outros entes públicos	11	23.117,53	18.586,65
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	16	5.010,75	12.070,81
Outros passivos correntes	11	119.397,15	116.751,41
Subtotal		149.498,94	155.559,79
Total do passivo		149.498,94	155.559,79
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**1.699.766,88**	**1.738.421,52**

Guilhadeses, 12 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

CC 52079

Filipe Galvão Fernandes

DIREÇÃO

Armando Victor Dias Ferreira

Orlando de Sousa

Manuel António Gomes

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Centro Paroquial e Social de Guilhadeses

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS 2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	494.492,38	488.938,06
Subsídios, doações e legados à exploração	10/16	643.430,76	647.167,98
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(17.210,95)	(16.778,98)
Fornecimentos e serviços externos	16	(216.821,12)	(214.380,17)
Gastos com o pessoal	12	(875.626,25)	(818.467,30)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	16	26.317,38	26.880,56
Outros gastos	16	(759,16)	(0,03)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		53.823,04	113.360,12
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(65.041,78)	(61.683,91)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(11.218,74)	51.676,21
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		(11.218,74)	51.676,21
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		**(11.218,74)**	**51.676,21**

Guilhadeses, 12 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO
CC 52079

Filipe Galvão Fernandes

DIREÇÃO

Armando Vitor Dias Pereira

Orlando [illegible]

[illegible]

Manuel Antonio [illegible]

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Centro Paroquial e Social de Guilhadeses

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	ERPI	C DIA	SAD	CRECHE	PRÉ	ATL	PERÍODOS 2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	303.301,16	23.377,58	62.819,38	35.973,44	48.209,74	20.811,08	494.492,38	488.938,06
Custo das vendas e dos serviços prestados	7	-9.085,95	-759,11	-3.011,73	-1.565,51	-2.252,54	-536,11	(17.210,95)	(16.778,98)
Resultado bruto		294.215,21	22.618,47	59.807,65	34.407,93	45.957,20	20.274,97	477.281,43	472.159,08
Outros rendimentos	10/16	306.519,50	16.293,60	87.345,69	136.385,56	112.415,26	10.788,53	669.748,14	674.048,54
Gastos de distribuição								-	
Gastos administrativos	4	-40.891,94	0,00	-5.259,76	-9.445,04	-9.445,04	0,00	(65.041,78)	(61.683,91)
Gastos de investigação e desenvolvimento								-	
Outros gastos	12/16	-469.364,16	-75.590,22	-113.186,83	-206.834,69	-195.141,25	-33.089,38	(1.093.206,53)	(1.032.847,50)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		90.478,61	-36.678,15	28.706,75	-45.486,24	-46.213,83	-2.025,88	(11.218,74)	51.676,21
Gastos de financiamento (líquidos)	16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Resultados antes de impostos		90.478,61	-36.678,15	28.706,75	-45.486,24	-46.213,83	-2.025,88	(11.218,74)	51.676,21
Imposto sobre o rendimento do período									
Resultado líquido do período		**90.478,61**	**-36.678,15**	**28.706,75**	**-45.486,24**	**-46.213,83**	**-2.025,88**	**(11.218,74)**	**51.676,21**

Guilhadeses, 12 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO
CC 52079

Filipe Gabriel Fernandes

A DIREÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

Centro Paroquial e Social de Guilhadeses

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos
			Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	16	11.538,92	-	-	871.751,87	-	-	647.894,73	51.676,21	1.582.861,73	-	1.582.861,73
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo refrencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização de excedentes de revalorização													
Excedentes de revalorização													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		16				51.676,21			(21.375,05)	(51.676,21)	(21.375,05)		(21.375,05)
	7		-	-	-	51.676,21	-	-	(21.375,05)	(51.676,21)	(21.375,05)	-	(21.375,05)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	16								(11.218,74)	(11.218,74)		(11.218,74)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8									(62.894,95)	(32.593,79)	-	(32.593,79)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Distribuições													
Outras operações													
	10		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	16	**11.538,92**	-	-	**923.428,08**	-	-	**626.519,68**	**(11.218,74)**	**1.550.267,94**	-	**1.550.267,94**

Guilhadeses, 12 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO
CC 52079

Filipe Galvão Fernandes

A DIREÇÃO

Armando Vitor Das Porcas

Manuel Antonio Nunes

Centro Paroquial e Social de Guilhadeses

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	buídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos
			Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
OSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	16	11.538,92			867.084,54			669.269,77	4.667,33	1.552.560,56		1.552.560,56
LTERAÇÕES NO PERÍODO													
rimeira adopção de novo refrencial contabilístico													
lterações de políticas contabilísticas													
iferenças de conversão de demonstrações financeiras													
ealização de excedentes de revalorização													
xcedentes de revalorização													
justamentos por impostos diferidos													
utras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		2/16				4.667,33			(21.375,04)	(4.667,33)	(21.375,04)		(21.375,04)
	2		-	-	-	4.667,33	-	-	(21.375,04)	(4.667,33)	(21.375,04)	-	(21.375,04)
ESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	16								51.676,21	51.676,21		51.676,21
ESULTADO INTEGRAL	4=2+3									47.008,88	30.301,17	-	30.301,17
PERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
undos													
ubsídios, doações e legados													
istribuições													
utras operações													
	5		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6=1+2+3+5	16	**11.538,92**	**-**	**-**	**871.751,87**	**-**	**-**	**647.894,73**	**51.676,21**	**1.582.861,73**	**-**	**1.582.861,73**

uilhadeses, 12 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO
CC 52079

Filipe Galvão Fernandes

A DIREÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Centro Paroquial e Social de Guilhadeses

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS 2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	8/11	495.431,85	489.037,65
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores	11	(274.840,15)	(260.727,78)
Pagamentos ao pessoal	12	(566.403,38)	(532.607,40)
Caixa gerada pelas operações		(345.811,68)	(304.297,53)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(47.586,23)	(48.530,71)
Outros recebimentos/pagamentos	11/16	441.572,44	440.295,48
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		48.174,53	87.467,24
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	(20.763,56)	(10.728,57)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros	11	(578,30)	(296,25)
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	150,00
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros	11	240,37	435,88
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(21.101,49)	(10.438,94)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Redução de fundos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		27.073,04	77.028,30
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	116.191,69	7.459,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	**143.264,73**	**116.191,69**

Guilhadeses, 12 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

CC 52079

DIREÇÃO

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Centro Paroquial e Social de Guilhadeses é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de instituição particular de solidariedade social, desde 1 de Julho de 1993, com sede no lugar da Igreja, freguesia de Guilhadeses, concelho de Arcos de Valdevez. A instituição tem como atividades, a prestação de serviços de ERPI – Centro de Dia – SAD – Creche – Pré-Primária e ATL , essencialmente, às populações do concelho de Arcos de Valdevez, de forma a prosseguir os seguintes objetivos:

⇒ Idosos

Assegurar a satisfação das necessidades básicas da pessoa idosa e contribuir para a promoção da qualidade de vida através de serviços direccionados para a problemática biopsicossocial, estabilizando ou retardando o processo de envelhecimento.

⇒ Crianças

Prestar os cuidados necessários ao bem-estar emocional e físico da criança, partilhando com os pais todos os cuidados prestados, proporcionar actividades educativas, cooperar na despistagem precoce de anomalias no seu bem-estar e permitir a integração social e convivência com outros grupos de crianças.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2016 as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No referido decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 24 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Não foram derrogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

No decurso do exercício em análise procedeu-se ao registo da informação em conformidade com a norma contabilística de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, isto é, as demonstrações financeiras de 2017 foram apresentadas de acordo com a norma supra referida.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF), a saber:

3.1.1 – Pressuposto de continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do setor não lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 - Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas de devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

3.1.3 - Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 - Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada

nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 - Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 - Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a entidade. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	6 e 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	3 e 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 e 10 anos

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que estas encontram-se refletidas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais.

3.2.2 - Bens do património histórico e cultural

Os bens do património histórico e cultural encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta variações nos fundos patrimoniais.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 - Ativos intangíveis

Os Ativos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	3 anos
Programas de Computador	-
Propriedade Industrial	3 anos
...	
Outros Ativos intangíveis	3 anos

O valor residual de um ativo intangível com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4 - Investimentos financeiros

Sempre que a entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os investimentos financeiros são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.5 - Inventários

Os Inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados

necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.
A entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.
Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.
Os Inventários que a entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.6 – Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.
Este ponto é aplicável a todos instrumentos financeiros com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - ⇒ Alterações no risco segurado;
    - ⇒ Alterações na taxa de câmbio;
    - ⇒ Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - ⇒ Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - ✓ Alterações no preço do bem locado;
        - ✓ Alterações na taxa de câmbio;
        - ✓ Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

<u>Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros</u>
As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

<u>Clientes e outras contas a receber</u>
Os clientes/utentes e as outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.
As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.
Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os ativos e passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e depósito bancários

A rubrica caixa e depósitos bancários inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em fornecedores e outras contas a pagar são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 - Fundos patrimoniais

A rubrica fundos patrimoniais constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os fundos patrimoniais são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 - Provisões

Periodicamente, a entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9 - Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos do período, constando na demonstração dos resultados na rubrica juros e gastos similares suportados.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis que se encontram na entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1 das políticas de reconhecimento e mensuração.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do regime do acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de fornecimentos e serviços externos.

3.2.10 - Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, incluí as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
b) *As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*

b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas do período corrente e em períodos futuros

Não existem quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas do período corrente quer dos períodos futuros.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores, com indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período

Não existem quaisquer erros materialmente relevantes de períodos anteriores, com impacto nas demonstrações financeiras do período.

3.5 - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL (divulgação transitória)

A adoção dos princípios e das políticas contabilísticas de acordo a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) não teve quaisquer efeitos na posição e no desempenho financeiro, quer nos capitais próprios, quer nos resultados do relato.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Bens do domínio público

A entidade não usufrui de ativos fixos tangíveis do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A entidade não detém bens do património histórico, artístico e cultural.

Outros ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.265.001,83	-	-	-	-	**2.265.001,83**
Equipamento básico	438.872,75	7.942,39	-	-	-	**446.815,14**
Equipamento de transporte	160.891,43	-	(15.313,10)	-	-	**145.578,33**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	72.767,15	2.160,31	-	-	-	**74.927,46**
Outros Ativos fixos tangíveis	294,29	-	-	-	-	**294,29**
Total	**2.937.827,45**	**10.102,70**	**(15.313,10)**	**-**	**-**	**2.932.617,05**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	710.213,45	45.299,97	-	-	-	**755.513,42**
Equipamento básico	405.346,37	10.026,60	-	-	-	**415.372,97**
Equipamento de transporte	139.852,39	5.259,76	(15.313,10)	-	-	**129.799,05**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	70.694,35	1.097,58	-	-	-	**71.791,93**
Outros Ativos fixos tangíveis	294,29	-	-	-	-	**294,29**
Total	**1.326.400,85**	**61.683,91**	**(15.313,10)**	**-**	**-**	**1.372.771,66**

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.265.001,83	1.410,00	-	-	-	**2.266.411,83**
Equipamento básico	446.815,14	17.849,94		-	-	**464.665,08**
Equipamento de transporte	145.578,33	-		-	-	**145.578,33**
Equipamento biológico	-	-		-	-	-
Equipamento administrativo	74.927,46	1.503,62		-	-	**76.431,08**
Outros Ativos fixos tangíveis	294,29	-	-	-	-	**294,29**
Total	**2.932.617,05**	**20.763,56**	**-**	**-**	**-**	**2.953.380,61**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	755.513,42	45.328,17		-	-	**800.841,59**
Equipamento básico	415.372,97	12.996,09		-	-	**428.369,06**
Equipamento de transporte	129.799,05	5.259,76		-	-	**135.058,81**
Equipamento biológico	-	-		-	-	-
Equipamento administrativo	71.791,93	1.457,76		-	-	**73.249,69**
Outros Ativos fixos tangíveis	294,29	-		-	-	**294,29**
Total	**1.372.771,66**	**65.041,78**	**-**	**-**	**-**	**1.437.813,44**

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Bens do domínio público

A entidade não usufrui de ativos fixos intangíveis do domínio público.

Outros ativos intangíveis

No que concerne aos outros ativos intangíveis não existem movimentos ocorridos, nos períodos de 2017 e 2018.

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A entidade não teve quaisquer encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, nos períodos de 2017 e 2018.

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica inventários apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	204,85	16.772,38	-	198,25	17.214,60	-	**201,90**
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	**204,85**	**16.772,38**	-	**198,25**	**17.214,60**	-	**201,90**

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				16.778,98		17.210,95
Variações nos inventários da produção				-		-

De referir que os valores da rubrica matérias-primas, subsidiárias e de consumo se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 0.00€;
- Matérias Subsidiárias: 0,00 €; e
- Matérias de Consumo: 0,00 €.

8. RENDIMENTOS E GASTOS

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	**494.492,38**	**488.938,06**
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jóias	-	-
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocionadores e colaborações	-	-
Mensalidades e comparticipações dos utentes	**494.492,38**	**488.938,06**
Estrutura Residencial para Pessoas Idosos	303.301,16	300.593,11
Centro de Dia	23.377,58	26.625,85
Apoio Domiciliário	62.819,38	59.302,04
Creche	35.973,44	34.784,49
Pré-Primária	48.209,74	44.886,21
Atividades de Tempos Livres	20.811,08	22.746,36
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	**494.492,38**	**488.938,06**

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2018, não ocorreram movimentos na rubrica de provisões.

Passivos contingentes

A entidade não tem evidências de passivos contingentes.

Ativos contingentes

A entidade não tem evidências de ativos contingentes.

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADE PÚBLICAS

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de subsídios e outros apoios das entidades públicas:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo	**15.858,43**	**2.329,08**
Subsídio do IEFP (Proc. n.º 0264/EC/17)	2.012,26	-
Subsídio do IEFP (Proc. n.º 012/CEI/17)	85,78	806,27
Subsídio do IEFP (Proc. n.º 048/CEI/17)	445,93	619,01
Subsídio do IEFP (Proc. n.º 0069/ET/17)	5.829,62	457,60
Subsídio do IEFP (Proc. n.º 0072/ET/17)	5.686,30	446,20
Subsídio do IEFP (Proc. n.º 0207/ET/18)	1.748,50	-
Subsídio do IEFP (Proc. n.º 080/CEI/18)	50,04	-
	-	-
	-	-
	-	-
...	-	-
Apoios do Governo	**627.572,33**	**644.838,90**
Comparticipação ISS	627.572,33	644.838,90
Estrutrura Residencial p/ Pessoas Idosos	279.195,60	292.612,20
Centro de Dia	16.293,60	15.942,24
Apoio Domiciliário	84.502,54	82.683,48
Creche	133.231,13	130.490,64
Pré-Primária	103.560,93	103.936,26
Prog. Exp. Desen. Educação Pré-Escolas	-	8.530,08
Atividades de Tempos Livres	10.788,53	10.644,00
...	-	-
Total	**643.430,76**	**647.167,98**

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 - Investimentos financeiros

A rubrica de investimentos financeiros tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Outros Investimentos Financeiros	**2.066,10**	**1.728,17**
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	2.066,10	1.728,17
Fundo de Compensação do Trabalho - FCT	1.060,45	722,52
Fundo de Restrururação do Setor Solidário - FRSS	1.005,65	1.005,65
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	**2.066,10**	**1.728,17**

11.2 - Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a entidade não apresentava saldos na rubrica referida em epígrafe.

11.3 – Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017, a rubrica créditos a receber possui os seguintes movimentos:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	**25.338,08**	**26.277,55**
Clientes	-	-
Utentes	25.338,08	26.277,55
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes *factoring*	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	**25.338,08**	**26.277,55**

11.4 - Outros ativos correntes

A rubrica de outros ativos correntes tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outros devedores (IEFP)	4.612,10	13.645,33
Outros devedores (Programa de Expansão e Desenvolvimento Educação Pré-Escolar)	-	8.530,08
Perdas por Imparidade	-	-
Total	**4.612,10**	**22.175,41**

11.5 - Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	3.330,94	3.347,87
Depósitos à ordem	139.933,79	112.843,82
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	**143.264,73**	**116.191,69**

11.6 - Fornecedores

O saldo da rubrica de fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	1.973,51	8.150,92
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	**1.973,51**	**8.150,92**

11.7 - Estado e outros entes públicos

A rubrica de estado e outros entes públicos está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6.608,43	9.861,59
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	**6.608,43**	**9.861,59**

Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	4.748,08	3.337,50
Segurança Social	18.369,45	15.249,15
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	**23.117,53**	**18.586,65**

11.8 – Outras dívidas a pagar não correntes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica de outras dívidas a pagar não correntes não possuem movimentos a desagregar.

11.9 - Outros passivos correntes

A rubrica de outros passivos correntes desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Pessoal	**21,89**	**20,73**
Remunerações a pagar	-	-
Cauções	-	-
Outras operações	21,89	20,73
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-
Fornecedores de Investimentos	**-**	**-**
Credores por acréscimos de gastos	**119.375,26**	**116.730,68**
Outros credores	**-**	**-**
	-	-
Total	**119.397,15**	**116.751,41**

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2018 e 2017, foram, respetivamente cinco, os quais não auferem qualquer remuneração.
O número médio de pessoas ao serviço da entidade em dezembro, de 2018 e 2017, foram sessenta e um em 2018 e sessenta em 2017.
Os gastos que a entidade incorreu com os funcionários, estão devidamente descriminados no quadro seguinte, a saber:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	713.122,78	672.683,75
Indemnizações	-	1.549,45
Encargos sobre as Remunerações	151.326,93	133.478,15
Seguros de AT e Doenças Prof.	6.871,68	5.561,82
Outros Gastos com o Pessoal	4.304,86	5.194,13
Total	**875.626,25**	**818.467,30**

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos materiais, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação evidenciada nas contas.

14. AGRICULTURA

No que concerne à atividade agrícola, nomeadamente, os ativos biológicos, os produtos agrícolas e os subsídios relacionados com ativos biológicos, não existem movimentos ocorridos, nos períodos de 2017 e 2018.

15. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A entidade não apresenta dívidas ao estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a segurança social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16. OUTRAS DIVULGAÇÕES

Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

16.1 - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de diferimentos continha os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	2.108,37	2.143,47
Total	**2.108,37**	**2.143,47**
Rendimentos a reconhecer		
Subsídio (IEFP)	5.010,75	12.070,81
...	-	-
Total	**5.010,75**	**12.070,81**

16.2 - Fundos patrimoniais

Nos fundos patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	11.538,92	-	-	**11.538,92**
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	871.751,87	51.676,21	-	**923.428,08**
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	647.894,73	-	(21.375,05)	**626.519,68**
Total	**1.531.185,52**	**51.676,21**	**(21.375,05)**	**1.561.486,68**

16.3 - Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	-	-
Heranças	-	-
Legados	-	-
Total	-	-

16.4 - Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	70.622,71	81.284,94
Serviços especializados	32.283,93	26.348,26
Materiais	10.115,72	10.549,06
Energia e fluidos	53.202,38	50.246,12
Deslocações, estadas e transportes	1.821,70	321,84
Serviços diversos (*)	29.705,81	25.204,43
Limpeza , Higiene e Conforto	23.746,42	19.393,74
Seguros	3.900,42	3.824,23
Comunicações	1.801,97	1.906,13
Encargos com utentes	19.068,87	20.425,52
Total	**216.821,12**	**214.380,17**

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

16.5 - Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	2.758,85	4.163,50
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	150,00
Outros rendimentos e ganhos	23.558,53	22.567,06
Total	**26.317,38**	**26.880,56**

16.6 - Outros gastos

A rubrica de outros gastos encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Divídas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	759,16	0,30
Total	**759,16**	**0,30**

Regularização/Corecção do exercício 2017 relativa a duplicação de rendimentos dos processos n.º 012/CEI/17e n.º 048/CEI/17 (IEFP)

16.7 - Resultados Financeiros

A entidade não teve quaisquer gastos e rendimentos relacionados com juros e similares, nos períodos de 2017 e 2018.

Guilhadeses, 12 de Março de 2019

O Contabilista Certificado

Filipe Galvão Fernandes

205166415

52079

A Direção

Armando Vitor Dias Pereira

Orlando de Sousa Costa

Manuel António Nunes

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSIDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)

ANEXO OBRIGATÓRIO

CG

Conta de Gerência das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ANO: 2016 (1)

NISS: 20006212680

NIPC: 503023744

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º (3)	TAXA DE AMORTIZ. (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES 1.º AO 3.º ANO (5)	4.º e 5.º ANO (6)	6.º ANO (7)	7.º ao 50º ANO (8)	SALDO VALOR LIQ. ANO N-1 (9)	MOVIMENTOS NO ANO A débito: Para a 7883 (10)	A débito: Outros débi (11)	A crédito: ecebimen (12)	A crédito: outros crédit (13)	SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)
593	**SUBSIDIOS**													
5933	OUTROS													
5933	*VIATURA = __-__-__*		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	...		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL SUBS. AQUISIÇAO VIATURA		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	**INVESTIMENTO**													
4334	*Viatura __-__-__*		0,00	20%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
	TOTAL INVESTIMENTO - VIATURA		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
593	**SUBSIDIOS**													
59311	PIDDAC													
59311	*Lar de Idosos*	1997	423.978,22		8.479,56	8.479,56	8.479,56	8.479,56	245.907,37	8.479,56	0,00	0,00	0,00	237.427,80
59311	*Lar de Idosos*	1998	134.675,43		2.693,51	2.693,51	2.693,51	2.693,51	80.805,26	2.693,51	0,00	0,00	0,00	78.111,75
59312	OUTROS													
593121	*C. Municipal Arcos de Valdevez - Lar*	1997	171.144,00		3.422,88	3.422,88	3.422,88	3.422,88	99.263,52	3.422,88	0,00	0,00	0,00	95.840,64
593121	*C. Municipal Arcos de Valdevez - Lar*	1998	97.944,93		1.958,90	1.958,90	1.958,90	1.958,90	58.766,96	1.958,90	0,00	0,00	0,00	56.808,06
593121	*C. Municipal Arcos de Valdevez - Lar*	1999	24.939,88		498,80	498,80	498,80	498,80	15.462,73	498,80	0,00	0,00	0,00	14.963,93
593121	*C. Municipal Arcos de Valdevez - Lar*	2000	16.834,43		336,69	336,69	336,69	336,69	10.774,04	336,69	0,00	0,00	0,00	10.437,35
593121	*C. Municipal Arcos de Valdevez - Pré-primária*	2001	54.867,77		1.097,36	1.097,36	1.097,36	1.097,36	36.212,73	1.097,36	0,00	0,00	0,00	35.115,37
593121	*C. Municipal Arcos de Valdevez - Pré-primária*	2002	47.500,00		950,00	950,00	950,00	950,00	32.300,00	950,00	0,00	0,00	0,00	31.350,00
593121	*C. Municipal Arcos de Valdevez - Pré-primária*	2003	27.500,00		550,00	550,00	550,00	550,00	19.250,00	550,00	0,00	0,00	0,00	18.700,00
593121	*C. Municipal Arcos de Valdevez - Pré-primária*	2004	13.000,00		260,00	260,00	260,00	260,00	9.360,00	260,00	0,00	0,00	0,00	9.100,00
593212	*C. Municipal Arcos de Valdevez - Pré-primária*	2005	8.367,75		167,36	167,36	167,36	167,36	6.192,14	167,36	0,00	0,00	0,00	6.024,78
593122	*ISS de Viana do Castelo - Creche*	2003	48.000,00		960,00	960,00	960,00	960,00	33.600,00	960,00	0,00	0,00	0,00	32.640,00
	...													
	TOTAL SUBS. LAR - PRE - CRECHE		1.068.752,41		21.375,05	21.375,05	21.375,05	21.375,05	647.894,73	21.375,05	0,00	0,00	0,00	626.519,68
43	**INVESTIMENTO**													
4332	*Edifício - LAR DE IDOSOS*	1997	963.608,94	2%	19.272,18	19.272,18	19.272,18	19.272,18	558.893,19					539.621,01
4332	*Edifício - PRÉ-PRIMÁRIA e CRECHE*	2001	591.599,46	2%	11.831,99	11.831,99	11.831,99	11.831,99	390.455,64					378.623,65
4334	*Viatura*		0,00	20%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
4333	*Equipamento Diverso*		0,00	16,66%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
4333	*Equipamento Diverso*		0,00	20%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
4335	*Programa Contabilidade*		0,00	33%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00
	TOTAL INVEST. - LAR - PRE - CRECHE		1.555.208,40		31.104,17	31.104,17	31.104,17	31.104,17	949.348,83					918.244,66

Parecer do Conselho Fiscal da Centro Paroquial e Social de Guilhadeses

1 – Nos termos da lei, e do mandato para que fomos indigitados, vimos por este meio apresentar informação sobre a atividade fiscalizadora por nós desenvolvida, e emitir parecer sobre as contas de gerência e respectivas demonstrações financeiras apresentadas pela direção do Centro Paroquial e Social de Guilhadeses, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2 – No decurso do exercício acompanhamos, com a devida periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a atividade da instituição. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística e o respectivo suporte documental. Vigiamos também pela observância das normas e princípios legais, bem como pelo cumprimento dos estatutos da instituição.

3 – Como consequência do trabalho efetuado, consideramos haver reunido uma base sólida de informação para emissão de parecer sobre a prestação de contas do exercício de 2018.

4 – No âmbito das nossas funções verificamos que:

4.1 – O balanço, a demonstração dos resultados e o respetivo anexo permitem verificar a imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmemte relevantes, quanto à adequada compreensão da posição patrimonial, económica e financeira da instituição.

4.2 – O resultado das suas operações encontra-se em conformidade os princípios contabilísticos geralmente aceites, quanto às políticas contabilísticas e respetivos critérios valorimétricos, conforme o que determina a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho.

4.3 – A instituição possui mecanismos de auto controle que permitem uma adequada auditoria aos fluxos financeiros.

5 – Face ao exposto, e tendo em consideração as informações recebidas da direção e dos serviços da instituição, somos do parecer que sejam aprovadas as contas e devidas demonstrações financeiras do exercício económico de 2018.

Guilhadeses, 12 de março de 2019

Eduardo de Paz Antonio da Rocha

José Esteves Pontes